



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 17 de abril de 2013

JORNAL DO COMMERCIO CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO PEC da ZFM POLITICA	2
JORNAL DO COMMERCIO Especialistas defendem novos ajustes..... ECONOMIA	3
JORNAL DO COMMERCIO Prospecção e investimento.....	4
JORNAL DO COMMERCIO Pedrinho Aguiar	5
A CRITICA Delcídio preserva a ZFM ECONOMIA	6
A CRITICA Reforma do ICMS-Final ECONOMIA	7
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro..... OPINIÃO	8
DIÁRIO DO AMAZONAS ZFM precisa de capital intelectual, diz Nogueira ECONOMIA	9
DIÁRIO DO AMAZONAS Retatório do Senado garante vantagem no ICMS para indústria do Amazonas ECONOMIA	10

CAPA

Especialistas cobram ajustes para modelo

Picuinhas políticas dominam sobre discussões técnicas

Reforma fiscal caminha ao lado da competitividade

Logística e infraestrutura ainda aguardam projetos

Enquanto se discute o futuro político do modelo ZFM em Brasília, especialistas defendem a reforma fiscal, inclusive do modelo incentivado, sem

prejuízos ao PIM. Mas com a convicção de que ajustes fiscais são necessários para fortificar a Zona Franca de Manaus. De acordo com o

presidente da Associação dos Consultores Econômicos do Amazonas, José Laredo o modelo ZFM estará protegido até 2023, mas precisa evoluir.

Página A5



PEC da ZFM

Bancada traça estratégia para prorrogação

Reunião da Comissão Especial serve de base de fortalecimento das articulações com a participação de especialistas

Por Caubi Cerquinho

Os membros da comissão especial que analisa a prorrogação da Zona Franca de Manaus (ZFM), iniciaram a semana com muito trabalho. Ontem, na primeira reunião, presidida pelo vice-presidente Francisco Praciano (PT-AM) a comissão analisou três propostas de prorrogação: a do deputado Silas Câmara (PSD-AM) que prorroga os incentivos por prazo indeterminado, a do Executivo, promessa da presidente Dilma, que prevê a prorrogação por mais 50 anos e a do Senado que leva os benefícios até 2029. Participaram da reunião como debatedores o superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Afonso Queiroz Nogueira; o secretário adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Pablo Fonseca Pereira dos Santos; o diretor do Departamento de Setores Intensivos em Capital e Tecnologia, da Secretaria do Desenvolvimento

da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alexandre Moura Cabral; e o assessor Econômico da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Gilmar de Oliveira Freitas, representando a Confederação Nacional da Indústria (CNI). No início da reunião se fizeram presentes, os seguintes deputados Plínio Valério (PSDB-AM), Silas Câmara (PSD-AM), Carlos Souza (PSD-AM), Fernando Nicolau (PSD-AM), o relator da comissão, Átila Lins (PSD-AM) e Francisco Praciano (PT-AM).

Devido a uma pequena dor de ouvido, o deputado Praciano, na condição de vice-presidente abriu os trabalhos e teve que se retirar da sala da reunião por alguns minutos. E foi nesse "intervalo" forçado que o parlamentar conversou com o JfM. Segundo ele a Proposta do Executivo, em prorrogar a Zona Franca por mais 50 anos deverá ser aprovada em plenário. Para isso, tantos membros da comissão, como da bancada do Amazonas

Foto: Divulgação/Agência Câmara



Deputado Francisco Praciano presidiu ontem a reunião da comissão

vão se reunir com os pares em diversos lugares. "Vamos nos reunir com os companheiros em Porto Velho (RO), em Boa Vista (RR) e em Macapá (AP) para explicar os benefícios que a ZFM proporciona para a região como um todo e também para o Brasil", afirmou. O petista disse ainda que todo o trabalho da comissão ficará em cima do conjunto de emendas que sejam contrárias à prorrogação. Além disso, segundo ele a bancada vai conversar com todas as lideranças da Casa para pedir o apoio durante a votação no plenário. "lá será nosso maior desafio, no entanto estamos confiantes, afinal a proposta dos 50 anos é do Executivo e a presidente Dilma deve ter o controle sobre a base aliada", expressou Praciano.

A presença de um número grande de parlamentares da região Norte pode ser um fator complicador para a aprovação da proposta da prorrogação no seio da comissão. Esta é a opinião do deputado Henrique Oliveira (PR-AM) que acredita que todos

os outros Estados também vão querer algum tipo de benefício que sejam parecidos com os da Zona Franca. "Mesmo na área de abrangência da Suframa, os outros entes da Federação vão solicitar projetos que venham até a prejudicar a ZFM. As negociações vão acontecer e nós vamos ter que encarar isso de frente e com maturidade", afirmou.

Presente à reunião como palestrante o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira saiu satisfeito do encontro. Para ele foi mais uma oportunidade de divulgar positivamente o modelo que ultrapassa o lado econômico, possibilitando um maior desenvolvimento sócio-ambiental para a região e para o Brasil. "Considero positivo e acredito na importância que terão as próximas reuniões que serão realizadas nos diversos Estados da região Norte", complementou o superintendente. Thomaz confirmou que o próximo encontro da comissão deverá ser no próximo dia 26, em Boa Vista, Roraima.

Especialistas defendem novos ajustes

Por Tanair Maria

Enquanto se discute o futuro político do modelo ZFM (Zona Franca de Manaus) no Planalto Central, em Manaus, especialistas defendem a reforma fiscal, inclusive do modelo incentivado, sem prejuízos ao PIM (Polo Industrial de Manaus). Mas com a convicção de que ajustes fiscais são necessários para fortalecer o decreto-lei nº 288/1967 que há 46 anos criou a Zona Franca de Manaus.

De acordo com o presidente da Associação dos Consultores Econômicos do Amazonas, José Laredo, o modelo ZFM estará protegido pela VTC (Vantagem Tributária Comparativa), apresenta média de 57% sem as alterações do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) que está em discussão no Conselho de Economia no Amazonas. Já a disputa política existente deve permanecer dependendo do interesse e da força de cada base aliada ao poder. Em termos de repercussão não altera nada até 2023.

José Laredo analisa o cenário político econômico: "Primeiramente a disputa política sempre existiu e continuará existindo, porque as forças políticas que defendem o Estado do Amazonas são minoritárias em relação aos grupos que são formados pelo Nordeste, Sul e Sudeste do país. O que se discute vem após 2023. A decisão das empresas de vir para cá não está baseada na duração do modelo em mais cinquenta ou dez anos. O que influencia não é isso. Hoje o que influencia chama-se Vantagem Tributária Comparativa ao continuar a favor do PIM que está hoje em média de 57% ainda sem alterações do ICMS. Essa vantagem é que vai impulsionar a vinda de novas fábricas aliada a extrema necessidade que se tem de promover mais o modelo", alerta Laredo.

Segundo o presidente da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Antônio Silva a tentativa de retaliação na prorrogação da ZFM não deverá proliferar. O parlamento entende que o de-

Por dentro

PASSO A PASSO

✓ A CES (Comissão Especial do Senado) que analisa a PEC 506-A/2010, do Senado, que trata da prorrogação dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus (ZFM) por mais 50 anos a partir de 2023, foi instalada no dia 19 de março de 2013, às 14h30, no Plenário 6, anexo II da Câmara dos Deputados em Brasília.

✓ A PEC aguardava a designação da CES há mais de um ano. O anúncio da prorrogação da ZFM foi feito pela presidente, Dilma Rousseff, em outubro de 2011 durante a inauguração da Ponte Rio

Negro, em Manaus. Na época, ela encaminhou a proposta à Câmara dos Deputados.

✓ De acordo com o deputado federal Átila Lins, com a instalação da comissão a PEC deve ser aprovada até o fim de 2013. "Este ano tem que aprontar, porque no próximo ano tem eleição. Se não aprovamos, pode complicar, como aconteceu em 2012", afirmou o parlamentar. A CES tem até 40 sessões para concluir os trabalhos.

✓ A primeira tarefa da comissão

será realizar audiências públicas para colher opiniões favoráveis e contrárias à prorrogação dos benefícios fiscais para a ZFM. Em seguida, os parlamentares integrantes da comissão deverão aprovar um relatório para ser votado em dois turnos na Câmara e, depois, no Senado.

✓ Segundo Lins, provavelmente, a proposta receberá apoio da base aliada da presidência da República. "Como a proposta é da presidente Dilma, a bancada aliada deve nos ajudar, porque é um compromisso dela com o

Amazonas".

✓ De acordo com o deputado, a PEC deve beneficiar a Amazônia Ocidental que integra os Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, e o Amapá, Estado que também recebe incentivos fiscais.

✓ Dos 28 titulares da comissão, oito são deputados do Amazonas. Apenas três parlamentares da Câmara são de outros Estados fora da região de influência da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus).

envolvimento do Estado do Amazonas chegou, em função da criação do PIM (Polo Industrial de Manaus), reconhecido pela presidente da República, e também por entidades organizadas da região. "Então, isso não vai prosperar até porque já foi combatido de pronto pela nossa bancada, pelas entidades de classe como um todo. E não tem nenhuma possibilidade porque é um projeto de lei en-

viado pela presidente Dilma, que trata somente da prorrogação do modelo por mais cinquenta anos. Então esse pedido de emenda não tem como considerar", afirma Silva.

Para o presidente do Ciem (Centro das Indústrias do Estado do Amazonas), Wilson Périco é preciso lamentar a falta de entendimento e de divulgação da propositura sobre a criação do modelo ZFM que

repercuta na perseguição dos demais Estados que não se beneficiam diretamente dos incentivos fiscais. "Não é de hoje que o modelo Zona Franca é criticado por outras regiões do país, por outros Estados, mas em questão de não entender e não reconhecer a importância do modelo para região Norte e para Brasil como um todo. Neste caso são discussões políticas. Deixaram de ser discus-

sões técnicas em benefício do desenvolvimento socioeconômico proposto. Estamos diante de uma visão miope, pequena e difícil para nós que entendemos e defendemos o modelo", desabafa Périco.

Na opinião do presidente do Sinaes (Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus), Celso Piacentini o modelo ZFM e o PIM não sofreram impacto

a curto prazo e que os empresários estão preocupados com a reforma fiscal. "Temos que lembrar que a Zona Franca tem garantia constitucional até 2023, e a prorrogação de 50 anos ou menos vem após, então a curto prazo não há impacto para o modelo. Mas, a reforma fiscal é o que de fato preocupa os empresários para o momento", afirma Piacentini.

Segundo o economista Francisco Mourão, os empresários que pretendem se instalar no PIM, definem o investimento cinco anos antes e projetam para mais dez anos, já as empresas que estão instaladas e se beneficiam do modelo ZFM vão aguardar as próximas decisões governamentais, sem prejuízo ao desempenho produtivo. "Vamos separar as coisas, hoje o modelo segue até 2023, são dez anos pela frente, sem perdas fica normal até lá. O cuidado que se deve ter é com o setor público, com o governo federal dando condições de escoamento dos produtos aqui produzidos. Investindo em estradas, rodovias, hidrovias, aeroportos. Eu quero ver o governo federal viabilizar o que já está vindo, ainda não temos porto, aeroporto e nem infraestrutura compatível com o crescimento do Polo Industrial", avalia Mourão.

De acordo com 1º vice-presidente da Fieam, Athaydes Félix os investimentos no Norte do país perderam o atrativo em relação ao EPB (Processo Produtivo Básico) que em certos setores prejudica mais do que incentiva, precisa ser revisto com urgência pela Suframa ou incentivar novos setores, por exemplo, o farmacológico, biodiversidade e de turismo. "Acho que o modelo fica prejudicado, o Piauí está bravo por conta da distribuição de representantes deles na Câmara dos Deputados Federais, onde perderam dois e que agora estão tentando cercar algumas vontades nossas, mas a prorrogação por mais cinquenta anos é uma promessa da presidente Dilma, e o pleito dele não deve prosperar.



"Primeiramente a disputa política sempre existiu e continuará existindo, porque as forças políticas que defendem o Estado do Amazonas são minoritárias em relação aos grupos que são formados pelo Nordeste, Sul e Sudeste"

José Laredo,
presidente da Associação dos
Consultores Econômicos do Amazonas



"Não é de hoje que o modelo Zona Franca é criticado por outras regiões do país, por outros Estados. Deixaram de ser discussões técnicas em benefício do desenvolvimento socioeconômico proposto. Estamos diante de uma visão miope, pequena e difícil para nós que entendemos e defendemos o modelo"

Wilson Périco,
presidente do Ciem



"Isso não vai prosperar até porque já foi combatido de pronto pela nossa bancada, pelas entidades de classe como um todo. E não tem nenhuma possibilidade porque é um projeto de lei enviado pela presidente Dilma, que trata somente da prorrogação do modelo por mais cinquenta anos"

Antônio Silva,
presidente da Fieam



"Vamos separar as coisas, hoje o modelo segue até 2023, são dez anos pela frente, sem perdas fica normal até lá. O cuidado que se deve ter é com o setor público, com o governo federal dando condições de escoamento dos produtos aqui produzidos"

Francisco de Assis Mourão,
economista

Prospecção e investimento

Inpa e Suframa se unem para impulsionar desenvolvimento

O Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) e a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) iniciaram um programa para impulsionar a economia verde na região. Uma das novidades é a junção das diretrizes do PBM (Plano Brasil Maior) com as da Encti (Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação) para nortear o desenvolvimento da Amazônia.

Caberá ao Inpa fazer um mapeamento de toda a cadeia produtiva de nove áreas temáticas para a Amazônia. "Vamos mapear desde o processo agrônomo até a entrega do insumo na porta da indústria para ela produzir. Dessa forma podemos identificar qual é tipo de tecnologia que falta", explicou o coordenador do projeto pelo Inpa, José Alberto Machado.

Esses setores estratégicos,

segundo o Inpa, associados podem gerar insumos para a produção de diversos segmentos. "Às vezes você tem uma tecnologia pronta, mas não tem escala na produção", afirma Machado.

Paralelo ao trabalho do instituto de pesquisa, a Suframa irá procurar investidores para desenvolver produtos com materiais regionais. "A Suframa tem enfrentado dificuldade em criar um segmento industrial baseado em recursos naturais", avalia o coordenador do projeto pelo Inpa. "Essa iniciativa vai garantir à indústria, num determinado prazo, insumos para produção em grande escala, com qualidade e regularidade."

As entidades envolvidas estão confiantes no sucesso do Programa de CT&I para Desenvolvimento de Bases

Produtivas Sustentáveis para Economia Verde na Amazônia. Esse programa, de acordo com o Inpa, é o primeiro da região baseado em políticas federais.

"Até então, o que tínhamos para a região eram programas excepcionais que acabaram sendo levados a reboque com as mudanças em nível nacional.", lamentou José Alberto Machado. Outro ponto destacado pelo coordenador do programa pelo Inpa é a aproximação entre academia e a indústria.

De um lado o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, uma instituição de pesquisa básica, se volta pela primeira vez para a finalidade produtiva. Do outro lado está o setor produtivo, representado pela Suframa, buscando fundamentos científicos para dinâmicas produtivas na Amazônia.

Pedrinho Aguiar

Excelência profissional

Com o total apoio da Sociedade Amigos da Marinha-Somar/AM, foi inaugurado à noite da sexta-feira, o "Centro Técnico de Formação de Fluviário da Amazônia Ocidental", um velho sonho do armador Luiz Mariano Rebelo, presidente da Somar/AM, um marco para o ensino profissional marítimo da Amazônia Ocidental. O projeto iniciado em 2011 também contou com a ajuda do Comando do 9º Distrito Naval, do Comando Fluvial da Amazônia Ocidental e empresas de navegação que apostaram no empreendimento. Tá valendo!

Retorno à cena manauense

Cerca de 15 mil pessoas aproveitaram o sol generoso do domingo para curtir o mais famoso balneário de Manaus: a Ponta Negra. Com a liberação, a praia voltou a ser frequentada pelas famílias, que foram brincar, passear ou simplesmente tomar um bom banho de rio. O prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto (PSDB), visitou o local no início da tarde para verificar o andamento do primeiro fim de semana de reabertura da praia após cinco meses de interdição. Arthur ouviu as impressões dos usuários da praia, críticas e sugestões para a melhoria da manutenção do principal balneário da cidade. "Acho que a Ponta Negra passou no seu primeiro teste. Ouvi várias sugestões da população e precisamos discutir, com o Ministério Público, Governo do Estado e outros órgãos algumas melhorias. O intuito, daqui pra frente, é aprimorar a diversão da população. Mas o mais importante, neste momento, é a segurança dos usuários", declarou o Prefeito de Manaus. É por aí!

O grande defensor da ZFM

O prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto (PSDB), foi destacado pelo presidente nacional do Partido Social Democrático (PSD) e ex-prefeito de São Paulo,

Gilberto Kassab, como o grande defensor do modelo Zona Franca de Manaus, durante encontro para anunciar a intenção da legenda em defender o modelo na discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 103/2011, que prorroga os incentivos fiscais à ZFM por mais 50 anos. "Sempre recorri ao Arthur Virgílio na hora de me aconselhar e penso que devo a ele esse compromisso. Ele é um grande político do país e o maior defensor da Zona Franca de Manaus. Sei que Manaus terá um bom futuro com um político competente como o Arthur", declarou Kassab.

O encontro com Kassab, organizado pelo presidente estadual do PSD, governador Omar Aziz, reuniu grande parte da bancada do Amazonas no Congresso, prefeitos do interior, deputados estaduais e vereadores. Todos foram unânimes em mostrar ao ex-prefeito de São Paulo e a parlamentares de outros Estados que o acompanhava a importância do modelo econômico para o Amazonas e para a região Norte do País. "Temos que continuar brigando pela prorrogação, mas a votação da PEC tem que ser um pontapé inicial, pois é preciso uma repactuação da Zona Franca, com investimentos em Ciência e Tecnologia, biotecnologia, turismo, madeira, pesca e outras potencialidades da região", disse Arthur Neto.

Verdi para todos

A segunda ópera em concerto, "Um Baile de Máscaras", do compositor italiano Giuseppe Verdi, estreou nesta terça-feira (16), na programação do 17º Festival Amazonas de Ópera. O espetáculo chanceado pelo Governo do Estado via Secretaria de Estado da Cultura tem o maestro Luiz Fernando Malheiro na direção musical e regência, além dos músicos da Orquestra Experimental da Amazonas Filarmônica e as vozes do Coral do Amazonas. Durante o festival, as outras récitas do concerto com a música deslumbrante de Verdi estão

Delcídio preserva a ZFM

Senador Delcídio Amaral (PT-MS) manteve em seu relatório alíquota de 12% referente ao ICMS interestadual no AM

ANTONIO PAULO

BRASÍLIA (SUCURSAL) - A Zona Franca de Manaus saiu fortalecida no parecer do senador Delcídio Amaral (PT-MS). Ele manteve a alíquota de 12% do ICMS proposto pelo governo federal. Ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o relator do projeto de resolução do Senado (PRS) 1/2013, propôs a alíquota interestadual de 7% para os produtos industrializados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além do Estado do Espírito Santo. Além da ZFM, Amaral também fixou em 12% o imposto sobre gás natural.

O presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), negou questões ordem pedindo que o projeto fosse discutido nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Em seguida, concedeu vista coletiva da matéria, que poderá voltar à pauta da comissão na próxima semana. Nesse período não cabem mais emendas, apenas votos em separado dos senadores que provocaram o adiamento da votação.

Para a senadora Vanessa Gra-



Delcídio Amaral, quando apresentava seu relatório na CAE do Senado

zziotin (PCdoB-AM) o relatório traz vantagens importantes à ZFM e atende ao pleito dos Estados vizinhos que estão na abrangência Suframa, garantindo um percentual de 7% a esses Estados. Hoje a alíquota interestadual é 7% nos Estados do Sul e Sudeste e 12% nas demais unidades da Federação. "A proposta como vem do Executivo apresen-

ta conteúdos favoráveis ao fortalecimento ao desenvolvimento da Zona Franca e do nosso modelo econômico tão importante na geração de renda e emprego para nossa gente", destacou Vanessa.

Como regra geral, o parecer de Amaral estabelece um cronograma para a redução da alíquota interestadual de 12%, praticada pelos Estados do Norte, Nor-

deste e Centro-Oeste, de um ponto percentual por ano, a partir de 2014, até 2021, quando chegaria a 4%. Quando os produtos saírem das regiões Sul e Sudeste para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e ao Estado do Espírito Santo, a alíquota atual de 7% seria reduzida, também em um ponto percentual por ano, a partir de 2014, até chegar a 4% em 2016.

No caso de mercadorias e bens que forem produzidos de com o Processo Produtivo Básico (PPB) nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e no Espírito Santo, a alíquota interestadual será reduzida dos atuais 12%, em um ponto percentual por ano, a partir de 2014, até chegar a 7% em 2018. O mesmo arranjo vale para os produtos agropecuários dessas regiões.

O parecer de Delcídio Amaral atribui à União poder de definir o que é processo produtivo básico. Sem essa definição, serão considerados produtos com PPB aqueles produzidos na região resultantes de industrialização nas modalidades de transformação ou montagem.

Blog

de Eduardo Braga

SENADOR E LÍDER
DO GOVERNO

Hoje nós demos mais um passo.

O relatório acata parcialmente algumas emendas, mas é verdade que mantém a diferenciação para o Amazonas. Mais uma vitória. A primeira foi quando o Governo colocou na sua proposta de resolução a diferenciação do PIM, mantida pelo relator, o qual atendeu a uma demanda dos governadores do Nordeste, com apoio da bancada do Norte. O relatório estabelece alguns critérios que possibilitarão, na MP 599, a que estabeleça compensações, por meio de dois fundos, para os Estados que tiverem perda de receitas, fazer a convalidação dos benefícios já concedidos. Isso nos leva a crer que nós estamos, com dificuldades, caminhando para um entendimento que fortaleça as questões federativas no Senado".

Jucá reage contrariado com relator

Em seu relatório, Delcídio Amaral acatou parcialmente emenda do senador Romero Jucá que propôs a diferenciação de 12% também para Áreas de Livre Comércio nos Estados de Rondônia, Roraima, Acre e Amapá. No relatório, Amaral definiu que a alíquota de 12% para a ZFM não se aplica à remessa de mercadorias e bens para esses estados se submetendo, portanto, à regra geral. Jucá reagiu contrariado.

Amaral também rejeitou a emenda do senador do Pará, Flexa Ribeiro, que queria que todos os Estados da Região Norte tivessem os 12% iguais aos da Zona Franca nas transações internas. "Não há por que a emenda deixar de ser atendida", disse Ribeiro.

Reforma do ICMS-Final

Winston Churchill, o primeiro ministro inglês na II Guerra Mundial (1939-1945), usualmente repetia a clássica frase de Benjamin Franklin: *If you fail to plan you plan to fail*. Se não estiver suficientemente preparado para enfrentar riscos, não haverá como proteger-se contra eles. Linearmente, se falhar no planejamento de qualquer atividade, estará, *ipso facto*, planejando inevitável malogro em relação ao seu intento. O axioma é aplicável da corrida espacial, aos movimentos internacionais das grandes corporações, às obras públicas de qualquer complexidade, às negociações diplomáticas entre países, às ações globais ou setoriais da Organização das Nações Unidas (ONU), aos negócios de modo geral.

Certamente também ao Amazonas,

no momento em que está em jogo no Congresso Nacional a reforma de parte do atual sistema tributário brasileiro via projeto de resolução do Senado 1/2013, alusivo às novas alíquotas do ICMS. A polêmica é intensa envolvendo governadores e seus representantes na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE). Detalhe que conduziu o modelo ZFM a um ponto de inflexão, em torno do qual ascende a necessidade de ajustes conceituais do modelo estruturado em 1967 aos novos paradigmas conjunturais. A batalha do Amazonas, é bom que fique absolutamente claro, não é travada com o Governo Federal. Mas, com as demais unidades da Federação, sem exceção radicais opositores dos privilégios fiscais conferidos à ZFM via DL 288/67 e legislação complementar.

Creio seja senso comum o fato histórico de que a Zona Franca de Manaus, idealizada pelo deputado amazonense Francisco Pereira da Silva (Pereirinha) e criada pela Lei No. 3.173, de 6 de junho de 1957, apenas veio a ser de fato regulamentada dez anos depois. Mesmo assim por meio de um Decreto-Lei imposto pelo governo militar do presidente Castelo Branco. Efetivamente, nos termos e condições do DL 288/67, a ZFM, hoje, não tinha a menor chance de ser instituída dada a complexidade e aos interesses multipartidários que comandam o Congresso Nacional. O DL 288/67 concedeu, por 30 anos, incentivos fiscais com o fim de promover a implantação de um polo industrial, comercial e agropecuário extensivos à Amazônia Ocidental. A meta seria



gerar, no período, condições econômicas que pudessem reduzir as desvantagens locais e promover o desenvolvimento da região. Passados 46 anos, o modelo falhou em relação à integridade dessas precondições. O interior continua tão pobre quanto antes, sem perspectivas de médio ou longo prazo de reverter o quadro. O Amazonas e a Amazônia Ocidental mantêm-se subdesenvolvidos, não obstante o PIM registrar faturamento em 2012 da ordem de 36 bilhões de dólares. Defendo que as autoridades locais sobreponham-se a questiúnculas políticas menores. Juntem-se às classes empresariais, à Universidade, a especialistas em Zona Franca (os que de fato conhecem e sabem interpretar crítica e prospectivamente a legislação de

incentivos), aos Conselhos de Economia, de Engenharia e à OAB em torno de um plano macroeconômico que demonstre à nação 1) o efetivo papel da ZFM no contexto regional, 2) a real contribuição do modelo para o crescimento da Amazônia Ocidental em relação aos três setores da economia, e 3) os mecanismos capazes de corrigir os pontos de estrangulamento que vêm impedindo a concretização dessas metas. Não se podem ignorar os mecanismos jurídicos que transferiram à ZFM a responsabilidade de solucionar as graves inconsistências que caracterizam a estrutura social, cultural e econômica da Amazônia Ocidental. Enfim, ao que me parece evidente é chegado o momento de demonstrar como fazer de um círculo um quadrado.

Claro & Escuro

Clima de eleição

██████████

Durante discurso na ALE, sobre as retaliações ao projeto de prorrogação dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus por mais 50 anos, o deputado Marcelo Ramos chamou o governador Omar Aziz de senador por diversas vezes. Omar teria ganho um novo admirador político ou Ramos quis dar um recado?

ZFM precisa de capital intelectual, diz Nogueira

TEXTO Alisson Castro

FOTO Antônio Araújo/Ag. Câmara

MANAUS

Em audiência pública na Comissão Especial sobre a prorrogação da Zona Franca de Manaus (ZFM), nesta terça-feira, na Câmara dos Deputados, em Brasília, o superintendente da Suframa, Thomas Nogueira, ressaltou a importância de investimentos no capital intelectual para aprimorar a produção na ZFM.

“A Amazônia não pode mais ser o fornecedor da matéria-prima e o desenvolvimento e conhecimento sobre esta realidade, além do processamento disso, não poder se dar em outro lugar sem ser nesta própria região. Temos que ter a competência para formar nossos quadros”, afirmou Nogueira.

Além do superintendente da Suframa, participaram da audiência representantes do Ministério da Fazenda, Pablo Santos, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alexandre Moura Cabral, além do assessor Econômico da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Gilmar de Oliveira Freitas, representando a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Parlamentares de outros Estados da Região Amazônica aproveitaram a audiência para se quei-

xar sobre a concentração de recursos e benefícios da ZFM na cidade de Manaus e do contingenciamento dos recursos da Zona Franca realizado pela União. “Infelizmente, o governo federal, nesta questão da Suframa, tem virado as costas para os Estados do Amapá, Acre e Rondônia. A minha posição é clara, eu quero saber, lá no final, o que vai sobrar para estes Estados”, questionou o deputado Moreira Mendes (PSD/RR).

O superintendente da Suframa avaliou que não há divergência de interesses entre os Estados da região.

Apesar dos discursos com críticas ao atual modelo, todos os participantes da audiência se declararam a favor da prorrogação da ZFM.

Emenda

Ontem, foi apresentada na Comissão Especial da ZFM uma emenda assinada pelos deputados Davi Alcolumbre (DEM/PA) e Márcio Junqueira (DEM/RR) para que as áreas de livre comércio nas cidades de Tabatinga (AM), Macapá e Santana (AP), Guajará-Mirim (RO), Pacaraima e Bonfim (RR) e Brasília, com extensão nos municípios de Eptaciolândia e Cruzeiro do Sul (AC) tenham o seu funcionamento garantido pelo mesmo prazo assegurado à Zona Franca de Manaus. A proposta ainda será debatida entre os membros da Comissão.



Superintendente da Suframa, **Thomas Nogueira** disse que é preciso desenvolver capital intelectual na Região Amazônica

Relatório do Senado garante vantagem no ICMS para indústria do Amazonas

TEXTO Rosana Villar com agências
FOTO Jair Araújo

MANAUS

O relator do projeto de resolução que trata da unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) manteve o percentual de 12% de redução na alíquota para o Amazonas. A decisão assegura, até o momento, as vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus (ZFM) para a indústria.

Em parecer apresentado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ontem, Delcídio Amaral (PT/MS), relator da comissão formada para discutir o projeto, deu parecer favorável à alíquota diferenciada de 7%, para produtos industrializados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e de 4% para Sul e Sudeste, modificando a proposta original de alíquota única do texto enviado pela presidente Dilma Rousseff.

Apesar da alteração, o anúncio foi recebido com satisfação pela bancada do Amazonas no Senado Federal.

Para o líder do PSDB no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (SP), a aprovação do projeto do jeito que está não resolve o problema da guerra fiscal. "Nós defendemos a unificação dos 4% porque, se é para mantermos a diferenciação das alíquotas em 4% e 7%, significa manter a porta aberta para a guerra fiscal", disse.

O relatório também foi criticado pelo secretário de Estado de Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi, para quem a guerra fiscal vai permanecer.

Após o pedido de vista coletiva, a votação do projeto foi adiada para semana que vem e de lá segue para avaliação nas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Desenvolvimento Regional (CDR).

Alterações

Para o líder do PT no Senado, Wellington Dias (PI), a adoção da alíquota diferenciada fa-



A decisão assegura, até o momento, as vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus (ZFM) para a indústria

cilitará a aprovação da matéria em votação. O parlamentar defende ainda outras três alterações no projeto: que a convalidação dos incentivos já concedidos seja realizada por meio de projeto de lei complementar e não via decisão do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), passível, de acordo com ele, de questionamento jurídico. Outra proposta é que os fundos de compensação e de desenvolvimento regional, criados pela Medida Provisória (MP) 599/2012 para equilibrar a mudança do ICMS, tenham

caráter constitucional.

Por último, defende o aumento da previsão de recursos orçamentários no fundo de desenvolvimento, que, pela MP, está em 25%.

No relatório apresentado na reunião desta terça-feira, Amaral deu parecer parcialmente favorável a outra alteração sugerida pelo senador Romero Jucá (PMDN/RR). O parlamentar propôs a diferenciação de 12% também para Áreas de Livre Comércio nos estados de Rondônia, Roraima, Acre e Amapá.

Na avaliação de Delcídio

Amaral, a excepcionalidade da ZFM não pode ser estendida a outras regiões. Entretanto, no caso de comércio de produtos produzidos no PIM com cidades dentro destas zonas livres, a tributação deve seguir a regra geral, chegando a 4% em cinco anos.

Para o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, a medida não acarretará em perda de competitividade da ZFM nem de receitas fiscais. Mas pode abrir um precedente perigoso para futuras ações. "Isso é visto com bons olhos no

FRASE



Wilson Périco.
Presid. do Cieam

O equilíbrio econômico está garantido (...) Mas outros Estados podem pedir o mesmo enquadramento

Sobre a diferenciação de 12% também para Áreas de Livre Comércio de Rondônia, Roraima, Acre e Amapá.

ALÍQUOTAS

Secretário de SP critica fim da unificação

O secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Andrea Calabi, afirmou nesta terça-feira à Agência Estado que "é desastroso o fim da proposta de alíquota única" de 12% para 4% do ICMS para os governos estaduais. "A guerra fiscal será mantida com a nova proposta de ICMS com alíquotas de 7% e 4%", disse.

Nos cálculos de Calabi, o governo federal deverá gastar R\$ 8 bilhões por ano com ressarcimento de perdas de ICMS aos governos dos Estados mais prejudicados com a nova proposta de alíquotas de 7% e 4%, o que representará R\$ 160 bilhões em duas décadas. Além disso, haverá o dispêndio anual de R\$ 12 bilhões com fundos de desenvolvimento regional, com

despesas federais de R\$ 240 bilhões no mesmo período. "Portanto, o governo federal está para gastar R\$ 400 bilhões sem resolver a guerra fiscal", apontou. De acordo com ele, São Paulo deverá perder R\$ 3,5 bilhões por mês com a nova proposta e o governo não tem poder de veto. "Esse é o desastre. Há uma ruptura do eixo de constituição da

Federação brasileira com a autorização da quebra da unanimidade das votações do Confaz", afirmou. "Ou seja, algum subconjunto de Estados seria capaz, em tese, de comandar os recursos de São Paulo", apontou. O secretário afirmou que a proposta de alíquota dupla de ICMS interessa aos Estados do Norte, Nordeste e Centro Oeste. "Eles entendem, erroneamente, que o ICMS é um instrumento de desenvolvimento regional, quando é um instrumento de arrecadação de recursos dos Estados", disse.